

# ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO DAS PROVAS DE REDAÇÃO DO ENEM PARA SURDOS

Orientadora: Patrícia Tuxi dos Santos<sup>1</sup>  
Autora: Ana Célia de Oliveira Quixabeira<sup>2</sup>

## Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar os critérios de correção existentes no guia de orientação para correção das redações para surdos no Exame Nacional do Ensino Médio. Para tanto pretende descrever três pontos: i. acessibilidade linguística do ENEM, um breve histórico; ii. identificar os tipos de acessibilidade oferecidas para o surdo no momento da prova de redação do ENEM e iii. buscar outros materiais que tenham o mesmo objetivo em outras seleções nacionais. Para atingir os objetivos utilizamos a metodologia qualitativa de análise bibliográfica e documental. Além disso buscamos também materiais como depoimentos de surdos que já realizaram o ENEM e seus comentários em redes sociais, sobre o que sentiram da prova. Como pressuposto teórico traremos: Tuxi (2017), Ribeiro (2015) e Faulstich (2011). O trabalho foca na necessidade de desenvolvimento de unidades didáticas que trabalhem as competências linguísticas a partir da língua funcional do surdo. Como resultado parcial, encontramos que os trabalhos desenvolvidos nesta área, analisam as questões de organização e tradução do material da prova, contudo se faz necessário uma análise maior sobre a competência linguística necessária que deve ser desenvolvida nos educandos que irão prestar essa prova como seleção para uma formação futura.

**Palavras-Chave:** Bilíngue. Português Como Segunda Língua. ENEM. Redação. Libras.

## ANALYSIS OF CORRECTION CRITERIA FOR ENEM WRITING TESTS FOR THE DEAF

### Abstract

This work aims to analyze the correction criteria existing in the guidance guide for correcting essays for deaf people in the National High School Exam. To this end, it intends to describe three points: i. linguistic accessibility of ENEM, a brief history; ii. identify the types of accessibility offered to deaf people when taking the ENEM writing test and iii. look for other materials that have the same objective in other national teams. To achieve the objectives, we use the qualitative methodology of bibliographic and documentary analysis. In addition, we also looked for materials such as testimonials from deaf people who have already taken the ENEM and their comments on social networks about what they felt about the test. As a theoretical assumption we will bring: Tuxi (2017), Ribeiro (2015) and Faulstich (2011). The work focuses on the need to develop teaching units that work on linguistic skills based on

---

1 Professora Adjunta do Instituto de Letras na Universidade de Brasília (UnB).

2 Graduada do curso Língua de Sinais Brasileira – Português como Segunda Língua na Universidade de Brasília (UnB) contato:anaceliaoq@gmail.com.

the functional language of the deaf. As a partial result, we found that the work developed in this area analyzes the issues of organization and translation of the test material, however, a greater analysis is needed on the necessary linguistic competence that must be developed in the students who will take this test as a selection for future training.

**Keywords:** Bilingual. Portuguese as a Second Language. ENEM. Essay. Pounds.

## INTRODUÇÃO

O trabalho conta com uma pesquisadora graduanda do curso Língua de Sinais Brasileira – Português como Segunda Língua, atualmente cursando uma Especialização em Interpretação e Tradução em Libras e Docência, que atuou como intérprete de Libras no Enem, logo, possui um olhar da realidade vivida pelos surdos, surdocegos e DA dentro do processo avaliativo.

A pesquisa segue uma linha de observação e análise de revisão bibliográfica tendo como público-alvo os usuários da Libras que possuem o português como L2, a fim de posteriormente fazer o registro de quais critérios são cobrados em avaliações discursivas tanto no ENEM quanto em concurso. Dessa forma, observar, identificar e analisar os requisitos e competências que envolvem as línguas de sinais e as redações, passam a ser atualmente o objeto de pesquisa. Logo, entender como ocorrem a aquisição da coesão e coerência textual na modalidade escrita do português para surdos, quer seja uma aquisição normal ou tardia se faz primordial.

Essa pesquisa pretende demonstrar um panorama sobre a realidade e as barreiras encontradas pelos usuários da língua de sinais, tendo como cenário uma das avaliações de maior visibilidade no país, o Exame Nacional do Ensino Médio. Tendo isso em mente, o estudo se faz relevante, sendo que é através dessa avaliação se torna possível a realização de muitos sonhos e de pessoas das mais variadas faixas etárias.

O objetivo principal é demonstrar uma análise sobre as características de escrita do surdo ou pessoa com deficiência auditiva (DA) e quais competências são requisitos utilizados na correção da Redação do ENEM 2020 ou em concursos que possuem tal avaliação discursiva. Outros objetivos a serem pesquisados por esse trabalho são a metodologia de ensino de português e a utilização de material de didático apropriado para tal feito, bem como, quantas e quais são as provas semelhantes a essas existem pelo Brasil. É notório que a participação dos surdos e deficientes auditivos em processos avaliativos tão complexos tem aumentado, o que se certa forma deve ser razoável, porém precisa ser respeitado todos os direitos assegurados a esses participantes. Diante disso, é de suma importância lembrar que, o candidato Surdo ou DA possui o direito a fazer uso de recursos como: tempo adicional ou tradutor-intérprete de Libras, já na prova do ENEM, além desses recursos pode-se usar também Leitura labial e Videoprova em Libras. Diante das constatações, o Inep verificou a necessidade de o ENEM estar em acordo com a Lei de Acessibilidade e proporcionar aos candidatos surdos ou com deficiência auditiva, que as provas fossem aplicadas em Língua de Sinais e implantou o uso de recursos como Videoprova em Libras; Tempo adicional; Leitura labial; Tradutor-intérprete de Libras.

Tendo em vista isso, o objeto de pesquisa do artigo, em questão, é além da Cartilha Redação do ENEM 2020, onde possui orientações sobre a inscrição e sobre os critérios de correção da redação do participante, bem como, alguns estudos produzidos anteriormente a este artigo. A metodologia de revisão de bibliográficas, anteriores a produção desse artigo, onde foram encontrados vários autores e muitas questões de grande relevância para tal pesquisa somando a isso, autores renomados com produções complementares a esse estudo. Logo, foi preciso analisar também sobre como é o desenvolvimento da aquisição do português na modalidade escrita pelos usuários de Libras dentro das escolas.

Em meados do século XXI, após muitas lutas das Comunidades Surdas, ocorreu a homologação do decreto da Lei de Libras Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005 – que regulamenta a Lei nº.10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a Língua de Sinais Brasileira – Libras, como a língua oficial da Comunidade Surda no Brasil. Esse Decreto é importantíssimo, pois trouxe muitos benefícios à educação da pessoa surda ou com deficiência auditiva, fazendo se cumprir através da oferta de escolas bilíngues, professores qualificados e com metodologias diferenciadas. Conquista essa também decorrente da Lei de Acessibilidade, Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, onde o poder público promove a formação de profissionais específicos em determinadas áreas e a eliminação das barreiras linguísticas.

Entretanto, após anos de luta da Comunidade Surda por reconhecimento de sua língua e amparados pelas leis referendadas acima, ainda sim, o usuário da língua de sinais como L1 encontra barreiras, quer seja na comunicação ou simplesmente no que tange o direito aos recursos fornecidos pelas bancas examinadoras. A esse despeito pode-se exemplificar o simples fato de o participante na avaliação estar sujeito a contratação de intérprete qualificado, pois nem todos que trabalham como intérprete possui qualificação adequada, tendo em vista que as bancas pedem apenas certificados de curso e não fazem uma análise se o profissional possui tal fluência na língua. Esse exemplo que foi citado, e caso se concretize, pode prejudicar o candidato. Outro fato que pode ocasionar erro no processo, é o fato de profissional não qualificado para efetuar a correção das redações, levando em consideração os aspectos linguísticos e especificidades de cada participante.

*Os estudos do Léxico e da Terminologia na Língua de Sinais Brasileira configuram um novo paradigma de cunho teórico e de organização linguística no meio acadêmico. Essa mudança resulta da necessidade que a LSB tem em ocupar o lugar de língua de comunicação e de interação (TUXI, 2017, p.30).*

*O percurso metodológico a ser seguido contará com uma aluna pesquisadora que realizará um levantamento sobre como se dá a participação dos usuários de Libras, advindo das mais variadas escolas bilíngues ou não, com foco no processo avaliativo de tal prova discursiva. Para tanto pretende descrever três pontos: i. acessibilidade linguística do ENEM, um breve histórico; ii. identificar os tipos de acessibilidade oferecidas para o surdo no momento da prova de redação do ENEM e iii. buscar outros materiais que tenham o mesmo objetivo em outras seleções nacionais. Para tal, pretende responder alguns questionamentos como: quais são as características do português escrito de um estudante surdo ou DA? Para esse ensino de português, existe algum material didático? Qual metodologia é usada para o ensino voltado para o ENEM? E quais características são cobradas? Questionamentos esses que serão respondidos no decorrer desse artigo. Para que este artigo cumpra com sua finalidade é importante salientar que além das*

*Leis acima já proferidas, pode lançar mão ainda como argumentos a Declaração de Salamanca e a Lei n.º. 14.191 de 03 de agosto de 2021, na qual altera a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional n.º. 9.394, que dispõe sobre a educação bilíngue de surdos.*

*Lei n.º. 14.191 - “Art. 60-A. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos.*

*§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio educacional especializado, como o atendimento educacional especializado bilíngue, para atender às especificidades linguísticas dos estudantes surdos.*

*§ 2º A oferta de educação bilíngue de surdos terá início ao zero ano, na educação infantil, e se estenderá ao longo da vida.”*

*Contudo, a prática na educação de surdos é bastante desafiadora, pois na grande maioria além da surdez ou DA, podem existir outras especificidades, onde sempre deve ser analisado caso a caso. Dito isso, alguns pesquisadores defendem a tese de que só existe educação bilíngue se o professor for bilíngue. Outros preconizam a importância da qualificação dos tradutores/intérpretes no âmbito escolar. Segundo Silva (2001), deu um parecer não favorável a simultaneidade no quesito aquisição de línguas, por gerar mais conflitos no cognitivo. Somando a esse contexto, podemos acrescentar a falta da participação na educação mais evidente das famílias ouvintes com filhos surdos. Em contrapartida das famílias surdas que estimulam desde muito cedo essa aquisição da língua materna, tendo em vista uma melhor aquisição da segunda língua.*

Portanto, é preciso debater e lutar por uma educação sem limitação, pois a educação é um direito de todos, sendo esse um dos direitos listados em Constituição e não se pode ser segregado ou negado por falta de políticas linguísticas adequadas. Mais importante que ter o direito é ser consciente desse direito. Existem muitas pesquisas e muitas atualizações sobre a língua de sinais. Um dos campos que vem aumentando ao longo dos anos é o de estudos sobre a Língua Brasileira de Sinais, mas ainda precisamos de pesquisas variadas a despeito dessa língua viva, pois ela sempre se encontra em expansão e transformação.

## **ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA NO ENEM**

O Inep, por demonstrar certa preocupação em atender à comunidade estudantil, desenvolveu uma cartilha específica para as pessoas surdas ou DA. Por que essa cartilha é vista com bons olhos? A resposta é bem simples, pois o Instituto, com o

intuito de promover a acessibilidade na avaliação mais importante na vida estudantil, implementou a inserção dos surdos com o uso de recursos a serem utilizados na avaliação. O primeiro recurso a ser considerado é a Videoprova em Libras, tendo o seu início nas avaliações na edição de 2017, os outros são: tempo adicional de 60 minutos, Leitura labial – para aqueles que são oralizados e não fizeram a aquisição da Libras, o tradutor/intérprete de Libras que pode interpretar a prova em sua totalidade ou apenas parcialmente e alguns participantes que possuem uma outra condição, podem fazer uso do Transcritor.

Posteriormente a descrição dos recursos, deve frisar que, para utilizar quaisquer tipos de recursos fornecidos pelo ENEM deve solicitar no ato da inscrição e estará sujeito a uma análise dos documentos solicitados.

Portanto, o Inep oferta a esses participantes com o português como L2, um tipo específico de correção de suas redações. E explica na Cartilha, que cada corretor faz um curso de Capacitação de Avaliadores onde é passado o que deve ser critério de correção. O que a Cartilha deixa bem evidente, são os requisitos para obter sucesso ou a tão sonhada aprovação em sua redação.

Para tal, é necessário constar:

- Tipologia textual;
- Uma sintaxe com enunciados curtos;
- Ortografia, ou seja, uma grafia concisa das palavras;
- Acentuação correlacionando com a consciência sonora;
- Concordância nominal e verbal contendo artigos, verbos de ligação e preposições.

E são divididos por competências. Conforme observado são 5 quesitos na redação, na competência 1 temos o domínio da modalidade escrita; na competência 2 é solicitado a compreensão da proposta de redação; competência 3 designa a capacidade de argumentação, opinião e defesa do seu ponto de vista; competência 4 o conhecimento linguístico para construção de argumentos e competência 5 a intervenção proposta para o problema.

Segundo o Inep “ainda que reconheçamos essas dificuldades, é com o objetivo de atenuá-las que o ofertamos recursos diferenciados para esse público.” Mesmo assim, não deixa a avaliação mais igualitária ou promove a equidade.

Contudo, dizer que a desenvoltura do surdo no Enem, não está somente em suas mãos, mas depende também de fatores como a ética e moral dos tradutores/intérpretes de Libras. Depende também das famílias, pois são o suporte e base para qualquer caminho que o surdo for tomar como decisão. Então temos muitos fatores que diferem no resultado final de cada participante surdo.

## **METODOLOGIA DE ENSINO DE PORTUGUÊS COM FOCO NO ENEM**

A metodologia de ensino de português como L2 depende muito da qualificação do professor, pois quanto mais qualificado, melhor conhecimento sobre os diversos métodos de ensino para alunos com especificidades. Isso na prática, pois é o professor juntamente com a família e coordenação da escola que juntos, vão observando o melhor método e mais responsivo em relação ao estudante.

Alguns autores, como Quadros e Nascimento notaram que quanto mais cedo é feito a aquisição da língua materna, melhor é a aquisição de uma segunda língua e

outros autores de renome na temática corroboram em total concordância, como Strobel (2018), Slomski (2019) e Ribeiro (2015).

As Línguas de Sinais (LS) apresentam estrutura e regras gramaticais próprias e são compartilhadas coletivamente, organizam-se gramaticalmente com elementos constitutivos de itens lexicais, nomeadamente, sinais. Sendo assim, as línguas sinalizadas são plenas e vivas, que se ampliam naturalmente a fim de atender a novas necessidades comunicativas e expressivas de seus usuários, a exemplo de qualquer outra língua (HULST, 1995). Para muitas pessoas a Língua de Sinais Brasileira (LSB) ainda se trata de uma mímica; o Surdo é chamado de surdo-mudo ou ainda, é tratado como deficiente. Esses são alguns exemplos de como os não surdos desvalorizam e menosprezam a Cultura e Identidade Surdas. Assim como a língua portuguesa, a Língua de Sinais Brasileira apresenta uma gramática própria e estrutura linguísticas singulares.

*“Nenhuma língua é um bloco homogêneo e uniforme, mas um sistema plural, constituído de normas que evidenciam os usos reais em variação”*  
(FAULSTICH, 1995, p. 12).

Segundo Quadros (1999) as características do português escrito como segunda língua, apresentam uma estrutura de frase na Libras, incluindo uma análise dos verbos simples (sem marcação de flexão) e verbos com concordância (com flexão marcada). Enquanto criança já prioriza a ordem básica da Libras, SVO, desde o início da aquisição. No entanto, há outras ordenações possíveis, como OSV e SOV que são observadas na produção da criança ao longo do seu desenvolvimento. Essas ordenações também são observadas nas produções de adultos sinalizantes da Libras e ocorrem, normalmente, devido à utilização de estruturas com tópico e foco.

*“A organização terminológica de uma língua é o passo determinante para se estabelecer o desenvolvimento de uma política linguística. Um exemplo disso são as línguas minoritárias que manifestam em si conceitos constantemente contrastivos à língua majoritária, em especial, no tocante aos estudos científicos dos termos dessas línguas”* (TUXI, 2017).

Nesse contexto, é importante o professor de português trabalhar bastantes todas as competências requisitadas pelo Enem, pois tendo em vista que a prova discursiva requer um conhecimento prévio de produção textual.

## **MATERIAL DIDÁTICO PARA O ENSINO DE PORTUGUÊS COMO L2**

Um movimento criado dentro das comunidades surdas em meados dos anos 90 e clamavam por uma educação em consonância com as suas especificidades, esse movimento ficou conhecido como Bilinguismo. Onde propõe que as duas línguas, no caso, a Libras como L1 e Português escrito como L2, não deveriam ser utilizadas de forma simultânea. Porque afetaria fatores culturais, bem como, a formação da

identidade da pessoa surda.

Conforme se pode observar, os aspectos da língua escrita trazem consigo alguns mitos no que tange a escrita do indivíduo surdo. Um dos mitos é o fato da pessoa não gostar da leitura, esse é um aspecto inverídico, pois a Comunidade Surda possui muitas produções em poesia, em teatro, em cinema. Logo a leitura também é um mecanismo de difusão da cultura e identidade surdas.

Atualmente, todo material utilizado em sala de aula ou possui produção do próprio professor ou utilizam material adaptado. Alguns professores usam bastante material da Editora Arara Azul, onde possui material, no caso, acompanhei uma professora fazendo uso do livro O Pequeno Príncipe para trabalhar vocabulário, concordância verbal, tempo verbal em conjunto com sinais em Libras, pois os discentes estavam fazendo a aquisição das duas línguas.

Além de recursos já citados acima, como os livros paradidáticos, são usados também recursos como sequência didática de diferentes temas, vídeos em Libras sobre Literatura, material impresso para interpretação textual, dicionários dentre outros.

Portanto, as escolas possuem um aparato básico que os professores vão alterando ou produzindo muitos materiais didáticos durante o percurso letivo. Os professores fazem o planejamento de todas as aulas levando em consideração cada turma e cada tema relacionado para cada faixa etária a ser exposto. E, sempre com o planejamento a curto e longo prazo, pois todos almejam sair do ensino médio e conseguir realizar o sonho de entrar na faculdade, quer seja privada, quer seja, pública.

## **PERCURSO METODOLÓGICO**

O percurso metodológico a ser seguido contará com uma aluna, graduanda do curso de Língua de Sinais Brasileira – Português com Segunda Língua, pesquisadora da Língua de Sinais como L1 e Português na modalidade escrita, que realizará um levantamento sobre os processos avaliativos da prova discursiva para o surdo advindos de comunidades variadas e que utilizem Libras como sua língua materna, onde serão analisados a acessibilidade em suas diversas formas. Para tanto analisamos: i. acessibilidade linguística do ENEM, um breve histórico; ii. identificar os tipos de acessibilidade oferecidas para o surdo no momento da prova de redação do ENEM e iii. buscar outros materiais que tenham o mesmo objetivo em outras seleções nacionais.

## **ANÁLISE/DISCUSSÃO**

É importante lembrar que de acordo com o Decreto 6.253 e 7.611, toda pessoa surda tem direito à educação especializada, conhecida também como AEE (atendimento educacional especializado), onde o aluno terá aulas de língua portuguesa, LÍBRAS e demais habilidades que o ajudarão no desenvolvimento em ambiente escolar.

A transmissão de conhecimento normalmente já é muito desafiadora, mas em se tratar da educação de surdos, esbarra em barreiras que podem parecer tão

insignificante, mas tomam uma proporção inacreditável. A esse exemplo podemos avaliar o porquê é tão importante que o professor seja bilíngue, pois assim pode propiciar debates mais aprofundados sobre contextos e conceitos trazendo significados para construir uma compreensão e interpretação das produções textuais. Como é importante trabalhar conceitos e significados de palavras, pois diferentemente da Libras que possui um sinal para contextos variados, em português possui várias palavras com conceitos e contextos variados. Vamos então, exemplificar com a palavra REDE, pode significar: rede de apoio; rede de balançar; rede de computadores, de pescar, rede social. Veja a importância de um vocabulário extenso.

*“Ler a Língua Portuguesa como segunda língua explicitar a falta de conhecimento de palavras que soam cotidianas para os ouvintes. O significado da palavra pode, muitas vezes, já ter sido compartilhado em Libras, porém se o Surdo não tiver visto ou interiorizado a palavra em Língua Portuguesa, pode haver um estranhamento.” Moura (2015)*

As redações dos alunos surdos destinavam-se exclusivamente à minha aba de correção, dado meu histórico de experiência em ensino e pesquisa em PBL2. De modo geral, os escritos recebidos podem ser divididos em três categorias:

1. aqueles com problemas graves de textualidade;
2. aqueles com problemas de coesão e coerência ocasionados por prejuízo na decodificação do enunciado referente à proposta temática; e
3. aqueles cujos desvios de norma padrão da língua portuguesa e/ou inadequações são provenientes de processos cognitivos atuantes na aquisição e desenvolvimento da L2 (Freitas; Soares; Nascimento, 2019).

Diante disto, podemos afirmar com a plena certeza de que se a redação é tão difícil de ser produzida por um ouvinte, para o surdo também é algo complexo e o tempo da prova realmente precisa ser repensado, pois o participante, gasta cerca de 80% do tempo com a produção da redação.

Dito isso, torna-se relevante adentrarmos na produção de material didático voltado ao público-alvo deste artigo, pois hoje se encontra em total carência. Todo o material didático utilizado hoje em sala de aula, são de inteira responsabilidade do professor a produção interina de todo o material.

Outro tema de grande importância é como o intérprete atua na aplicação da prova discursiva, tendo em vista que, pode-se esbarrar em fatores éticos e morais. Existem muitos questionamentos a despeito do “porque não se pode aplicar a prova discursiva em Libras”? Como avaliar o português escrito de um surdo, se a ordem da frase é diferente e “falta” alguns conectivos, preposição, conjunção e advérbios são dispostos de forma que um leigo poderia considerar um erro? Todas essas preocupações, de certa forma, podem ser sanadas com o treinamento que o Inep informa que proporciona aos selecionados para tal correção de redação.

O Cebraspe é a banca que contrata as equipes para a aplicação da prova, como por exemplo, os intérpretes de Libras e os técnicos de informática que ficam na mesma sala que o participante surdo, toda a equipe recebe treinamento para coexistir o bom senso em se tratar de um participante surdo com suas especificidades.



## CONCLUSÃO

Essa discussão é de suma importância, pois o passo primordial para a luta por um direito é a consciência da necessidade. Os surdos precisam se organizar e, tendo a ciência do que falta, poderão argumentar para a melhoria em sua vida refletindo nas gerações seguintes, com o foco na autonomia, se tornando assim, protagonistas de suas próprias histórias.

A princípio, a sociedade parece não estar preparada para proporcionar ao que chamam de minoria linguística, a acessibilidade mínima. A acessibilidade linguística no Enem deveria ser regra e não a exceção. O surdo possui o direito, mas apenas se ele comprovar com documentos médicos que possui tal deficiência, que lhe é fornecido algum recurso.

O Inep poderia averiguar quais as melhorias poderiam proporcionar ao público-alvo do artigo em questão. E deixar mais em evidência, não apenas em treinamento, quais considerações são feitas a despeito das correções das redações.

O papel da escola, além de fatores de socialização, é primordial na construção de um saber, pois é na escola onde todos recebemos a base para um dia concretizar em uma formação na graduação. Então, a escola e os professores proporcionam uma chance de os estudantes realizarem o sonho de uma formação profissional.

Portanto, precisamos ainda lutar pelos direitos de acesso à educação e acessibilidade. É importante ensinar sobre as políticas públicas e que precisa lutar por seus direitos. Sinto falta de uma clareza maior do processo de correção das redações dentro do Enem, tendo em vista que, existe um aumento de participantes surdos ou pessoas com deficiência auditiva.

## REFERÊNCIAS

NASCIMENTO, João Paulo da Silva. **Desafios na avaliação de redações escritas por vestibulandos surdos em um contexto de interação online**. Revista Educação Pública, v. 19, nº 10, 28 de maio de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/10/desafios-na-avaliacao-de-redacoesescritas-por-vestibulandos-surdos-em-um-contexto-de-interacao-online>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Lei 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais – Libras como língua. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 de abril de 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. Lei 14.191 de 03 de agosto de 2021. Dispõe sobre inclusão da educação bilíngue na LDB. **Diário Oficial da União**, Brasília, 03 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.191-de-3-de-agosto-de-2021-336083749>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SANTOS, Patricia Tuxi dos. A terminologia na língua de sinais brasileira: proposta de organização e de registro de termos técnicos e administrativos do meio acadêmico em glossário bilíngue. 201. xix, 232 f., il. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **A redação no Enem 2020: avaliação das redações dos participantes surdos ou com deficiência auditiva**. Brasília, DF: INEP, 2020.

CAMPELLO, Ana Regina e Souza. **Pedagogia Visual / Sinal na Educação dos Surdos**. In: QUADROS, Ronice Muller; PERLIN, Gladis (Orgs.). Estudos Surdos II. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007.

KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais na educação de surdos. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (Org.). **A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005. p. 105-113.

RIBEIRO, Tiago. **Leitura e escrita na educação de surdos: das políticas às práticas pedagógicas**. In: RIBEIRO, Tiago; SILVA, Aline Gomes da (Orgs.). Coleção Educação e Surdez. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015. p. 83-100.

MOURA, Débora Rodrigues. **Libras e leitura de língua portuguesa para surdos**. 1º edição. Curitiba, Editora Appris, 2015. p. 28- 35 e 104-115.

SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 6ª ed. Porto Alegre, Mediação, 2013.

SILVA, Marília da Piedade Marinho. **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo**. São Paulo, Editora Plexus, 2001.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos**. ArtMed. Porto Alegre. 2004 – Capítulo 4.